

**LEI Nº 2.752 DE 17 DE JULHO DE 2006.**

(Revogada pela Lei nº 3.504/2018)

**~~AUTORIZA O PODER EXECUTIVO  
ANISTIA OS CONTRIBUINTES  
MUNICIPAIS DE ALEGRE DOS  
ENCARGOS DE MULTA E JUROS  
REFERENTES A DÍVIDA ATIVA PELO  
NÃO RECOLHIMENTO DO IMPOSTO  
TERRITORIAL E PREDIAL URBANO  
IPTU E O IMPOSTO SOBRE SERVIÇO  
DE QUALQUER NATUREZA  
ISSQN/TLLF, ATÉ O DIA 30 DE  
OUTUBRO DE 2006.~~**

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal de Alegre sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** ~~Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado anistiar, até a data de 30 de outubro de 2006. os contribuintes municipais de Alegre dos encargos de multa e juros referentes aos débitos inscritos em Dívida Ativa, pelo não recolhimento do Imposto Territorial e Urbano IPTU e do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza ISSQN/TLLF.~~

**§ 1º** ~~A anistia a que se refere o caput deste artigo só será possível para quitação do débito em parcela única até 30 de outubro de 2006.~~

**§ 2º** ~~A anistia autorizada no caput não trará prejuízo às execuções fiscais em curso.~~

**§ 3º** ~~A anistia a que se refere o caput deste artigo, autoriza a Municipalidade a estornar os parcelamentos calculados com multa e juros, e anistiá-los com relação às parcelas vincendas, para pagamento em cota única, abrangendo todos os anos pactuados.~~

**Art. 2º** ~~Esta Lei vigor na data de sua publicação, vigendo até 30 de outubro de 2006.~~

**Art. 3º** ~~Revogam-se as disposições em contrário~~

Alegre (ES), 17 de julho de 2006.

**DJALMA DA SILVA SANTOS**  
\_\_\_\_\_  
**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Câmara Municipal de Alegre.